



A luta de Josefina Álvares de Azevedo pelos direitos das mulheres em *A mulher moderna* (1891)

Josefina Álvares de Azevedo's fight for women's rights in A mulher moderna (1891)

Dossiê

Guilherme Barp*

ORCID: 0000-0002-0393-2693

E-mail: gbarp@ucs.br

Recebido: 29/09/2021

Aprovado: 06/12/2021

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar a manifestação de reivindicações dos direitos das mulheres em crônicas publicadas na obra *A Mulher Moderna* (1891), de Josefina Álvares de Azevedo, com a finalidade de apresentar auxílios a possíveis histórias das mulheres e do feminismo no Brasil. Assim, comparam-se as declarações de Josefina acerca da mulher oitocentista com a realidade feminina da época, a partir de aportes teóricos da história das mulheres, analisando o que a autora afirmava acerca de questões de gênero. Foi possível constatar que a escritora abordou a necessidade do acesso à esfera da educação, leitura e política, dentre outras, para o sujeito feminino, instaurando-se como um nome relevante para os percursos dos direitos das mulheres no País.

Palavras-chave

Josefina Álvares de Azevedo. *A mulher moderna*. Direitos das mulheres.

Abstract

The goal of this paper is to investigate the manifestation of vindications of women's rights in chronicles present in *A Mulher Moderna [The Modern Woman]* (1891) by Josefina Álvares de Azevedo, in order to present contributions to possible histories of women and feminism in Brazil. In this paper, Josefina's views over the nineteenth-century woman are compared to women's realities at that period, which are provided by women's history theoretical approaches. Thus, her opinions over gender issues are analyzed. It was possible to verify that Josefina approached, in her writing, the necessity of women's access to education, reading, politics, among other themes. Therefore, she may be considered a relevant name to the history of women's rights in the country.

Keywords

Josefina Álvares de Azevedo. *A mulher moderna*. Women's rights.

* Mestrando em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Posso dizer com orgulho que ninguém, com mais entusiasmo e amor, tem tratado do meu assunto no Brasil: a emancipação da mulher.
(AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*. Brasília: Senado Federal, 2018. p. 17-18.)

Tendo os cânones brasileiros, em suas constituições, priorizado determinadas questões, como de estilo, geografia, raça, classe social e gênero, grande parte das escritoras do século XIX ficou obscurecida nesses espaços, até um considerável período do século XX. Entretanto, como reflete Muzart (1995), assim como o que é consagrado em certas épocas acaba por ser esquecido em outras, o que foi olvidado também pode ser resgatado na atualidade. Tal tarefa vem sendo realizada, desde 1980, por pesquisadores e pesquisadoras do Brasil, que têm se voltado a tais produções marginalizadas, frequentemente restritas a acervos, sem receber sequer segundas edições. Um dos recentes esforços nessa área vem sendo realizado pelos membros da Biblioteca do Senado Federal, o que originou, em 2018, a Coleção Escritoras do Brasil, com o propósito de “[...] valorizar o pensamento e a produção da mulher brasileira na construção da história do país” (TROMBKA, 2018, p. 11). Esse trabalho tem resultado em reedições de diversas obras de escritoras oitocentistas, como, por exemplo, *Opúsculo Humanitário*, de Nísia Floresta, e *Ânsia Eterna*, de Júlia Lopes de Almeida, em 2019; *Mármore*, de Francisca Júlia da Silva, e *A Judia Raquel*, de Francisca Senhorinha da Motta Diniz e A. A. Diniz, em 2020; e *Cancros Sociais*, de Maria Ribeiro, em 2021. Em meio a esses títulos, está o de uma autora e jornalista que se destacou por seu engajamento na luta pelos direitos das mulheres no fim do século XIX: Josefina Álvares de Azevedo, com *A Mulher Moderna*, que foi responsável por abrir tal lista, em 2018.

Apesar de o nome de Josefina Álvares de Azevedo ter sido frequente na imprensa feminista desse período, atualmente alguns de seus dados biográficos ainda são incertos, uma situação comum às letradas oitocentistas, que não garantiram tanta atenção dos estudiosos e historiadores quanto seus colegas de ofício. Blake (1899) informa que a autora nasceu em 5 de março de 18??, em Itaboraí, no Rio de Janeiro. Porém, de acordo com Souto-Maior (1995) – com base em nota deixada pela escritora, na qual se refere a Pernambuco como sua terra natal –, ela teria nascido em Recife. Além disso, Oliveira e Viana (1967 *apud* SOUTO-MAIOR, 1995) apontam 1851 como o ano desconhecido mencionado por Blake. Outro aspecto questionável acerca de sua vida é a ligação com o famoso Álvares de Azevedo. Para Blake (1899), ela seria sua meia-irmã, por parte de pai, filha de Ignácio Manoel Álvares de Azevedo. Contudo, ela dizia que era prima do poeta, conforme texto presente em *A Família* (AZEVEDO, 1889 *apud* SOUTO-MAIOR, 1995), o que pode ter ocorrido, segundo Souto-Maior (1995), por Josefina ter preferido estabelecer um laço de menor proximidade com Álvares de Azevedo, tendo em vista a sua condição de irmã ilegítima, que poderia ser considerada humilhante na época.

Ademais, pouco se sabe da vida privada da autora, havendo necessidade, por parte dos estudiosos, de se recorrer à imprensa da época para reunir mais informações. Em recorte do *Diário do Comércio*, reproduzido em *A Família* e coletado por Souto-Maior (1995), há detalhes que indicam que ela tenha sido mãe. No intuito de encontrar a data de seu falecimento, Silva (2018) consulta obituários dos periódicos cariocas *Jornal do Brasil*, *A Época* e *Correio da Manhã*, nos quais localiza a ocorrência em 3 de setembro de 1913, no Rio de Janeiro, aos 62 anos, e que trazem que Josefina teria tido dois filhos e uma irmã.

Numa época em que poucas mulheres exerciam, assumidamente, a atividade de jornalistas – como denuncia a própria Josefina, no texto “Clube das Senhoras”, declarando que os Estados Unidos possuíam várias, enquanto no Brasil havia poucas (AZEVEDO, 2018) –, ela lançou o supracitado *A Família*. Segundo Duarte (2016), o jornal foi iniciado em São Paulo, em novembro

de 1888, e deslocado ao Rio de Janeiro em 18 de maio de 1889, circulando até 1897,¹ ao custo de 10 mil réis na capital e 12 mil réis no interior, valores que aumentaram para 12 mil e 14 mil, respectivamente, após o segundo ano de existência, sempre com pagamento adiantado.

Composto por 4 a 8 páginas, com três colunas, seus números iniciais apresentam o subtítulo “Jornal literário dedicado à educação da mãe de família”, retirado posteriormente, mantendo-se apenas a epígrafe de Victor Hugo: “Veneremos a mulher! Glorifiquemo-la! Santifiquemo-la”. Boligon (2019) levanta a possibilidade de se utilizar tal subtítulo para “[...] atrair o público feminino, que, em sua maioria, ainda resistia às ideias ousadas de emancipação da mulher” (BOLIGON, 2019, p. 11). Em meio aos conteúdos convencionais da imprensa da época, como a literatura, a crítica literária e teatral e os anúncios, o periódico trazia pautas relativas aos direitos das mulheres. Dentre elas, Duarte (2003) destaca a denúncia de Josefina acerca da “insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto” (DUARTE, 2003, p. 157), além da mobilização lançada às leitoras para que se engajassem em tais lutas e para que as escritoras publicassem suas criações literárias nas páginas de seu jornal.

A militância feminista acabou ressoando também em outros escritos de sua poética. Na comédia *O Voto Feminino* – escrita em abril de 1890 e representada, pela primeira vez, em maio de tal ano, no Teatro Recreio Dramático do Rio de Janeiro (SOUTO-MAIOR, 1995), e posteriormente editada em livro –, concebida pouco após a Proclamação da Primeira República e antes da publicação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, abordava o tema que dá nome à peça, na esperança de que o sufrágio feminino fosse reconhecido na Constituição. Ainda nesse mesmo ano, Josefina publicou *Retalhos*, constituído por artigos previamente inseridos em *A Família*, dentre eles, a seção “O Direito ao Voto” (PIMENTA; WAINBERG, 2019). Também trouxe à tona a obra *Galeria Ilustre* (1897), na qual há biografias de personalidades femininas históricas, como Joana D’Arc, Cleópatra, Pocahontas e George Sand (AZEVEDO, 1897).²

O foco deste artigo está em outra obra de sua autoria – *A Mulher Moderna: trabalhos de propaganda* (1891). O título e o subtítulo sugerem o assunto a ser encontrado no livro. O primeiro se refere ao tipo de mulher que Josefina prioriza em seus escritos: uma que seja alheia aos preconceitos do passado e busque novos caminhos para o gênero feminino, num tom de superação; e o segundo indica o comprometimento com a luta das mulheres, a partir da veiculação de uma propaganda feminista.

A obra se divide em quatro partes, contendo grande parcela do material previamente inserido no periódico dirigido pela autora: o primeiro segmento, único de ficção, é uma reprodução de *O Voto Feminino*, juntamente a textos homônimos sobre o assunto; o segundo possui uma série de crônicas sob o título “Emancipação da Mulher”; o terceiro, “Artigos Diversos”, constitui-se de comentários acerca de temas políticos e variados do fim do século XIX; e o quarto, “Respostas”, é composto, como indica o título, por respostas de Josefina a pessoas que desafiaram preceitos defendidos por ela. O objetivo, aqui, é investigar a presença de conteúdos de reivindicação pelos direitos das mulheres na obra, mais especificamente na seção “Emancipação da Mulher”, com a

1. Luca (1999) informa a possibilidade da existência de uma última fase do periódico, em 1898, a partir de uma nota “recebemos e agradecemos”, veiculada na revista *A Mensageira* (1897-1900). O primeiro número dessa nova era d’*A Família* teria, na página de rosto, o retrato de George Sand. Contudo, Luca (1999) estima que ele parou de circular, novamente, pouco depois, visto que não há mais informações sobre sua existência.

2. Além desses textos de caráter expressivamente feminista, escreveu, também, poesia, que pode ser encontrada nas páginas d’*A Família*. De acordo com Boligon (2019), pode-se examinar, em grande parte dessa sua escrita, a presença de temas da natureza e da religião, além do uso do rigor formal, canalizado no soneto.

finalidade de contribuir com elementos para possíveis histórias das mulheres e do feminismo do Brasil. Dessa maneira, executa-se revisão bibliográfica, a partir de aportes teóricos sobre a história das mulheres, buscando informações acerca da realidade feminina do fim dos Oitocentos, para, então, compará-las com os posicionamentos de Josefina Álvares de Azevedo.

Os escritos contidos em “Emancipação da Mulher” são numerados, em algarismos romanos, de I a IX. O primeiro texto é iniciado com uma contextualização da autora, que afirma ter sido solicitada, por algumas amigas, para fazer conferências sobre a educação da mulher; porém, ela diz que, como não se equipara a Staël,³ Sévigné⁴ ou Louise Michel,⁵ utilizaria veículos da imprensa⁶ para disseminar suas ideias. A crônica trata da condição feminina no *fin de siècle* brasileiro, considerada, por ela, análoga à escravidão. Nesse sentido, ela apresenta tom de denúncia: “Até hoje têm os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores, pois que somos suas semelhantes, embora de sexo diverso” (AZEVEDO, 2018, p. 81). Josefina compreende que homens e mulheres desempenham papéis distintos na sociedade, mas busca a equidade entre eles. Assim, reivindica: “Portanto, em tudo devemos competir com os homens, no governo da família, como na direção do estado” (AZEVEDO, 2018, p. 81-82). De modo geral, no período oitocentista da Primeira República, os discursos hegemônicos acerca da mulher, perpetuados na vida cotidiana, apresentavam-na como inferior em comparação ao homem, e voltada à domesticidade e à maternidade. Conforme Soihet (2012, p. 219),

[...] havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária.

A fala de Josefina, desse modo, mostra-se transgressora. Além de buscar a presença feminina nos espaços públicos que os homens já ocupavam, ela gostaria de vê-las na política, como chefes de Estado. Para defender seu ponto de vista, apresenta alguns exemplos. Primeiramente, afirma que a base das sociedades é fundamentada em dois princípios: força e ordem, sendo o primeiro voltado aos homens e o segundo, às mulheres. A partir desses aspectos culturais, ironiza: “Assim pensando, até me parece que compete-nos de preferência a direção das sociedades” (AZEVEDO, 2018, p. 82). Ainda, subvertendo o discurso do lar, frequentemente associado a seu gênero, acrescenta que homens não conseguem dirigir nem mesmo o ambiente doméstico com eficiência, questionando, sarcasticamente: “[...] como poderá governar um estado que se compõe de muitas centenas de casas?” A escritora, certamente, estava sonhando alto, visto que a primeira presidente brasileira, Dilma Rousseff, foi eleita apenas em 2010, mais de cem anos após a

3. Germaine de Staël, Madame de Stael, nasceu em Paris, em 22 de abril de 1766, e faleceu nesse mesmo local, em 14 de julho de 1817. Filha de Jacques Necker, um dos ministros de Luís XVI, e Suzanne Curchod, uma *salonnière*, cresceu em meio a intelectuais esclarecidos do século XVIII, tornando-se, posteriormente, escritora (SZMURLO, 1991). Dentre sua poética, destacam-se os romances *Corinne* e *Delphine*, além das obras de crítica cultural *De la littérature* e *De l'Allemagne*.

4. Marie de Rabutin-Chantal, Madame de Sévigné, nasceu em Paris, em 5 de fevereiro de 1626, falecendo em Grignan, em 17 de abril de 1696. Destacou-se pelas suas cartas, enviadas a amigos e à sua filha, em que abordava o cotidiano da época. Nelas, comenteu diversos eventos importantes, como o julgamento de Fouquet e das “bruxas” La Brinvilliers e La Voisin (FARRELL, 1991).

5. Louise Michel nasceu em 29 de maio de 1830, em Haute-Marne, e faleceu em 9 de janeiro de 1905, em Marselha. Revolucionária anarquista, teve participação ativa na Comuna de Paris de 1871. Também lutou pelos direitos das mulheres (LOUISE MICHEL..., 2019, [n.p.]).

6. A série de textos em questão foi publicada, anteriormente, em *A Família*.

publicação de *A Mulher Moderna*. Afinal, como a própria jornalista conclui, “ainda estamos longe, muito longe de pretendermos esses direitos, que os homens consideram exclusivamente seus. Oh! Muito longe!” (AZEVEDO, 2018, p. 82).

O texto, então, muda de foco, para fazer críticas tanto à ausência como à representação garantida a mulheres icônicas na História. Josefina recorre a figuras do passado que teriam sofrido injustiça devido ao seu gênero, como o caso de Semíramis,⁷ que ascendeu ao poder “[...] não pelos altos dotes de espírito que possuía, mas traindo os laços conjugais que a prendiam a um oficial do Exército, fazendo-se amante e esposa do rei” (AZEVEDO, 2018, p. 83), ou Manon Roland,⁸ musa dos Girondinos, que, além de conseguir um cargo de ministro para seu marido no partido, auxiliava-o em diversos ofícios, entretanto, não obteve qualquer reconhecimento. Por fim, aponta as falhas presentes no discurso histórico: “A história dos povos de todos os tempos está cheia destas injustiças; e as leis e pragmáticas sociais repletas destas ingratidões para conosco” (AZEVEDO, 2018, p. 83). Tal posição é pertinente e vanguardista, visto que a revisão da historiografia, sob o prisma das questões de gênero, só viria a se manifestar com proeminência no século XX. Duby e Perrot (1990, p. 7), por exemplo, questionavam: “escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente”.

Em seguida, a jornalista afirma que lutará contra essa situação, não como uma Joana D’Arc – pois não teria força ou talento para tanto, em suas palavras –, mas, ainda assim, pregando a emancipação feminina. O tópico que opta por tratar, primeiramente, é a educação, um tema que considera muito discutido, “mas tudo sem discernimento” (AZEVEDO, 2018, p. 84). A instrução voltada ao gênero feminino, nessa época, consistia no aprendizado das primeiras letras, gramáticas portuguesa e francesa, música, canto, dança e trabalhos de agulha, segundo Rocha-Coutinho (1994). E é esse formato, voltado à edificação de alguém que apenas agrade aos sujeitos masculinos, que Azevedo (2018, p. 84) critica:

O caso é que a tal decantada educação não nos adianta ideia. Se nós não temos um ideal mais nobre, se não temos emulação que nos edifique, aquela que consegue romper este acanhado círculo de ferro em que agimos, e pelo estudo e sabedoria chega ao conhecimento das coisas, essa só consegue uma coisa: envolver-se em uma atmosfera de descrença e de tédio, em um meio em que a sua individualidade, que começa a compreender-se, não tem objetivo digno de si.

Contra essa situação, Josefina prioriza uma educação emancipatória, que permita à mulher traçar seu próprio caminho, valorizando “[...] estudar muito, banhar o espírito na luz da ciência, mergulhar o pensamento na história, fazê-lo surgir no direito” (AZEVEDO, 2018, p. 84).

Além disso, o conceito de instrução feminina, no século XIX, estava fortemente ligado à formação de uma boa mãe de família, que, conseqüentemente, seria responsável por passar os ensinamentos necessários aos filhos. Como atesta Hahner (2003),

7. Rainha regente do Império Assírio, de c. 811-806 a.C., permaneceu no trono até seu filho atingir a maturidade. Reinou, após a morte do marido, num período em que era impensável o Império Assírio ter uma monarca mulher; por causa da sua tamanha influência, fama e poder, provavelmente, conseguiu manter o título. Foi lembrada, posteriormente, pelos historiadores gregos (MARK, 2014).

8. Marie-Jeanne ou Manon-Philippon nasceu em 17 de março de 1754. Casou-se com Jean-Marie Roland de La Platière e se tornou sua secretária informal e conselheira pessoal. Teve grande influência no Partido Girondino. Foi presa em 31 de maio de 1793 e executada, na guilhotina, em 8 de novembro de 1793, em praça pública. (WINEGARTEN, 1991).

o sistema escolar brasileiro exprimia o consenso social sobre o papel da mulher. Ensinava-se a ela só o que fosse considerado para viver em sociedade. As relativamente poucas escolas existentes no século XIX no Brasil enfatizavam atividades complementares aos papéis femininos de esposa e mãe. (HAHNER, 2003, p. 73-74).

Embora Josefina demonstre ser conhecedora desse argumento e sua validade, ela é combativa quanto a isso:

Algumas pessoas concordam em que a mulher deve ser educada para ser boa mãe de família. É justo. Mas além desse mister o que faremos de uma educação sólida, que possa ter desenvolvimento nestas ou naquelas aptidões especiais aproveitáveis à sociedade, isto quando não tenhamos filhos a educar?

Nós não somos mães todos os dias e às vezes não o somos nunca. (AZEVEDO, 2018, p. 84).

Verifica-se, nessa passagem, uma crítica aos que acreditavam que a educação da mulher deveria ocorrer apenas com vistas ao exercício da maternidade. E quanto às que não eram mães, para que utilizariam a instrução recebida? Finalizando essa perspectiva, a crônica apresenta forte caráter reivindicatório e o comprometimento de Josefina com a mudança da situação do País, para que a mulher seja “[...] nobre, instruída e livre” (AZEVEDO, 2018, p. 85). Tal problematização, acerca da modalidade educacional oferecida às mulheres, é retomada no breve texto II, no qual a autora julga o conservadorismo, que vai contra suas novas e esclarecidas ideias.

Em “III”, Josefina versa sobre a condição social do sujeito feminino, iniciando com o seguinte questionamento: “Se é condição essencial social a nobilitação da mulher, porque realmente que ainda não somos emancipadas?” (AZEVEDO, 2018, p. 86). A autora aproveita essa provocação inicial para, em seguida, criticar o contexto da Ásia oitocentista e, embora afirme que tais povos foram pioneiros no desenvolvimento de civilizações, da ciência, e que têm grandes figuras, como Confúcio e Maomé, exclama: “Como que são um legado de decadência os bárbaros costumes desses povos, que têm reduzido uma metade do gênero humano à mais vil condição!” (AZEVEDO, 2018, p. 87). De fato, os direitos das mulheres, em alguns locais do continente asiático, foram estabelecidos tardiamente em comparação com os países ocidentais, começando a surgir apenas no fim do século XIX e início do século XX.⁹ Na Turquia, por sua vez, o contato com os países ocidentais impulsionou o desenvolvimento de escolas para meninas, que começaram a aparecer a partir de 1870, e o primeiro semanário feminino turco surgiu em 1895 (AHMED, 1982). Na Índia, segundo Gangoli (2007), apesar de demandas feministas – que envolviam questões como educação, casamento de viúvas e campanhas contra o Sati – serem discutidas no início do século XIX, por homens hindus de alta casta, ela foi enfraquecida posteriormente, devido à emergência de movimentos nacionalistas que resistiam às chamadas intervenções coloniais nas relações de gênero. Uma nova era às indianas viria na década de 1920, com a criação de agremiações para discutir questões educacionais e laborais (GANGOLI, 2007).

Ainda sobre esse assunto, Josefina denuncia, a partir do relato de um médico inglês que viajara ao Oriente, o caso de um homem turco que comprou uma grega traficada por 1375 francos, após examiná-la como um cavalo e separá-la de sua mãe. Ela comenta: “A precária condição social da mulher nas sociedades asiáticas não podia permanecer senão amesquinhando a civilização de

9. Cabe destacar que o que se apresenta neste artigo é uma visão ocidental dos direitos das mulheres. Contudo, não é o intuito, aqui, de considerar a cultura ocidental como necessariamente mais avançada, dinâmica e progressista, em comparação com as orientais, como alerta Santos (2014).

um continente inteiro” (AZEVEDO, 2018, p. 88). Seu argumento final é de que, na medida em que as mulheres se “elevassem”, as sociedades poderiam progredir: “Seja a mulher igual ao homem e a sociedade será perfeita” (AZEVEDO, 2018, p. 89).

Em “IV”, a jornalista recorre a Aimé Martin,¹⁰ ao perguntar: “Quereis conhecer a situação política e moral de um povo? diz Aimé Martin: perguntai que lugar nele ocupam as mulheres” (AZEVEDO, 2018, p. 89). Ela retoma a ideia de que o seu gênero estava em condição próxima à de escravidão nos Oitocentos e que, para combater isso, a educação desempenha papel crucial, devendo ser “[...] completa, sólida, para que ela possa preencher dignamente todas as funções que lhe competem” (AZEVEDO, 2018, p. 89). Para sustentar essa reivindicação, evoca, mais uma vez, a História, utilizando-se de um argumento voltado à família:

Em Sparta, as mulheres formavam heróis porque eram cidadãs. [...] É necessário demonstrarmos que não somos essas estúpidas, essas fragilíssimas criaturas que se deixam facilmente iludir, deixando-se escravizar. A mulher de hoje também pensa, também estuda, sabendo conhecer o que é bom e o que é mau para a família. (AZEVEDO, 2018, p. 91).

Josefina já havia criticado que o ensino para as mulheres deveria ir além de prescrições sobre o matrimônio e a maternidade, como anunciado na primeira crônica. Ainda, na comédia *O Voto Feminino*, de sua autoria, a personagem Anastácio, representante do conservadorismo brasileiro do *fin de siècle*, quando perguntado para que finalidade educou sua filha, afirma que o fez apenas para torná-la uma boa mãe. Em resposta a isso, sua esposa zomba, apresentando seu próprio motivo: “[...] Foi para ensinar ao marido, assim como eu ensinei ao senhor. Ora, aí está para que o foi!” (AZEVEDO, 2018, p. 49). É possível levantar a hipótese de que Josefina reproduziu essa ideia corriqueira para convencer as pessoas da importância de sua causa de uma maneira mais segura, sem chocar sua audiência, subvertendo, portanto, um discurso tradicional. Esse teor se repetirá no texto “V”, porém há uma alteração no foco: ela passa a conscientizar os interlocutores acerca da importância da leitura:

A mulher de hoje deve considerar como objeto de *primeira necessidade* a leitura; deve procurar entreter o seu espírito em Aimé Martin, Monsenhor Landriot, Fenélon; só assim o seu espírito se esclarecerá, e então conhecerá a verdade e se tornará uma boa mãe de família. (AZEVEDO, 2018, p. 92, grifo nosso).

Tal reivindicação é digna de nota, visto que, no Brasil oitocentista, o analfabetismo era marcante. Duarte (2016) apresenta que, a partir do primeiro censo realizado no País, em 1872, a população contava com 9.930.478 habitantes, sendo 4.806.609 mulheres e 5.123.869 homens, e 81,43% da população livre era composta por analfabetos; apenas 19,85% entre os homens e 11,5% entre as mulheres eram alfabetizados. A partir desses dados, compreende-se a relevância do posicionamento de Josefina para que as mulheres aprendessem tal atividade, primordialmente necessária, a fim de garantir melhor qualidade de vida.

Embora a crítica literária feminista tenha se estruturado apenas a partir da segunda metade do século XX, quando se registra a emergência de denúncias acerca da representação feminina

10. Escritor francês, nasceu em 17 de abril de 1782 e faleceu em 22 de junho de 1847. Escreveu *De l'Éducation des mères de famille* (1834) e parece ter influenciado o pensamento de Josefina.

em obras literárias canônicas de autoria masculina, no artigo “VI”, Josefina já questiona a produção do escritor Alexandre Dumas Filho:¹¹

A mulher nesses livros é um monstro, ao mesmo tempo que é uma pomba; é um demônio ao mesmo tempo que é um anjo; mas tudo isso é da natureza, a fantástica natureza dos fenômenos, seguramente aquela mesma que dá tipos extraordinariamente esquisitos às suas produções teatrais. (AZEVEDO, 2018, p. 93).

Teria sido Josefina uma precursora dessa modalidade de crítica literária? A rejeição aos estereótipos atribuídos à mulher, dividida entre anjo e monstro, viria a ser manifestada também por Gilbert e Gubar (2000), que indicavam a impossibilidade da autora de encontrar a si mesma em meio a tantas construções que não condiziam com a sua vivência. Essa incoerência poderia causar incômodo nas mulheres, porque “as imagens literárias não são neutras; são, ao contrário, um guia, um mapa para a realidade que nos ajuda a perceber o ‘mundo real’” (TELLES, 1992, p. 53). É esse o caso da escritora, que, ao demonstrar desconforto com a representação feminina na literatura de sua época, faz uma crítica ao francês, por desenvolver suas personagens a partir de uma visão sexista. Ela lamenta, afirmando que o literato poderia fazer muito pela equidade de gênero, mas fora um algoz. Posteriormente, entretanto, mostra-se aliviada: “Felizmente, lá mesmo na França, encontra o Sr. Dumas Filho senhoras cujo espírito e merecimento não estão dentro da maravilhosa fantasia de um escritor de grande talento” (AZEVEDO, 2018, p. 93). Essa passagem é significativa, pois evidencia, ainda mais, a crítica à criatividade masculina na literatura, cujos parâmetros não eram seguidos pelas escritoras francesas, as quais Josefina cumprimenta pelo esforço em apresentar personagens coerentes com a experiência feminina.

Temas de leitura e literatura também estão presentes no texto “VII”, no qual a escritora traz à tona, mais uma vez, o precário índice de alfabetização das mulheres no Brasil: “É uma vergonha o termos de confessar que a maior parte das mulheres brasileiras nem sabe ler!” (AZEVEDO, 2018, p. 95). A autora passa a se questionar por que suas contemporâneas não se dedicaram aos estudos, embora fossem capazes e inteligentes. Em seguida, prestigia algumas escritoras que cultivam a instrução e a literatura, como Anália Franco,¹² Zalina Rolim,¹³ Revocata de Mello,¹⁴

11. Autor francês, nasceu em 29 de abril de 1824, em Paris, na condição de filho ilegítimo do famoso escritor Alexandre Dumas, e faleceu em 27 de novembro de 1895, em Marly-le-Rois. Ficou famoso pela obra *A Dama das Camélias*, de 1848. Foi admitido na *Académie Française* em 1874. (POHU, 2020).

12. Nasceu em 1856, em Resende, e faleceu em 1919, em São Paulo. Foi professora, jornalista e filantropa. Fundou instituições de auxílio a viúvas e crianças desamparadas. Criadora dos periódicos *Álbum de Meninas*, dirigido por 25 anos, e *Voz Maternal*. Publicou prosa e textos dramáticos (FLORES, 1999).

13. Nasceu em 20 de julho de 1869, em Itapetininga, e faleceu em 23 de junho de 1961, em São Paulo. Exerceu o magistério. Dedicou-se à literatura infantil, criando as seguintes obras: *Coração* (1893), que garantiu a atenção de Araripe Júnior, Valentim Magalhães, Olavo Bilac e Adelina Lopes Vieira; *Livro das Crianças* (1898); e *Livro da Saudade* (1903) (VASCONCELLOS, 2004).

14. Nasceu em 31 de dezembro de 1853, em Porto Alegre, e faleceu em 23 de fevereiro de 1944, em Rio Grande. Criada numa família de escritores e jornalistas, logo dedicou-se a esses ofícios. Dirigiu o mais longo periódico da imprensa de mulheres no Brasil, *Corymbo* (1883-1943). De sua autoria, há: *Folhas Errantes* (1882), *Coração de Mãe* (1893), *Grinalda de Noiva* (s. d.), *Mário* (s. d.), *Berilos* (1911), em autoria com a irmã (FLORES, 1999).

Júlia Lopes de Almeida,¹⁵ Emiliana de Moraes,¹⁶ Maria Lúcia Romariz,¹⁷ Carolina Von Koseritz.¹⁸ Após homenageá-las, Josefina destaca sua luta de “[...] incitar as minhas patrícias para o estudo” (AZEVEDO, 2018, p. 96). De fato, a preocupação da jornalista em prezar pela educação da mulher acaba, conseqüentemente, implicando a valorização das produções literárias de autoria feminina no Brasil. Tendo sido a imprensa um dos principais meios de divulgação dessa arte no século XIX (MUZART, 2003), tal ideal pôde ser colocado em prática na revista *A Família*, que congregou um panteão de literatas brasileiras, cujos textos poderiam auxiliar na ilustração das mulheres desse período, transformando positivamente as suas realidades.

Nos artigos “XVIII” e “XIX”, por fim, Josefina manifesta uma posição severa quanto ao caráter não-emancipatório da educação feminina nos Oitocentos. Um de seus questionamentos é “porque é que nas modernas sociedades, ditas civilizadas, negam-nos os homens a liberdade de procurar para nós o aperfeiçoamento a obra adaptável da natureza providencial?” (AZEVEDO, 2018, p. 97). A resposta é dada com ironia: “Porque somos nós mães. Pois bem, os homens são pais” (AZEVEDO, 2018, p. 97). Nota-se, aqui, uma queixa diante do argumento de que as mulheres, restringidas ao espaço privado, não deveriam se educar, pois tinham apenas que servir para a procriação e cuidado familiar. Essa era uma realidade a que não deveriam se posicionar contra, pois, então, de anjo do lar, passariam a ser vistas de modo negativo, ao saírem de tal espaço e se apropriarem de atividades que não lhes eram culturalmente atribuídas (TELLES, 1992).

Assim, apesar de viver num tempo em que, segundo Hahner (2012, p. 57), “a educação para mulheres de classe alta era centrada para seu ‘destino final’ de esposa e mãe”, Josefina protestou contra esse papel atribuído de maneira quase natural ao seu gênero, além de evidenciar o descaso dos homens com a criação dos filhos. Coloca-se, então, a conclusão: “Tempo é já de tratar-se de emendar o medonho erro de que todos temos sido vítimas, proporcionando-nos uma educação sólida, capaz de elevar-nos à altura de nossa missão na sociedade” (AZEVEDO, 2018, p. 99).

Neste artigo, puderam ser constatadas as lutas feministas abraçadas por Josefina Álvares de Azevedo em *A Mulher Moderna*, embora, como se observou a partir informações apresentadas nos textos teóricos, a realidade de sua época fosse precária em relação aos direitos das mulheres. Sua maior reivindicação foi para que estas tivessem o direito a uma educação intelectual de qualidade. Em “I” e “II”, considerando o sujeito feminino “escravizado”, busca uma modalidade de instrução que não fosse voltada às prendas domésticas e aos agrados ao homem, superando tais preceitos. Nessas crônicas, ainda, abordou temas como a revisão da história das mulheres e

15. Nasceu em 24 de setembro de 1862, no Rio de Janeiro, e faleceu nesse mesmo lugar, em 30 de maio de 1934. Uma das maiores escritoras do fim do século XIX, sua poética conta com obras de diversos gêneros literários, que vão do romance às crônicas de jardinagem. Publicou: *Contos Infantis* (1886), *Traços e Iluminuras* (1887), *Memórias de Marta* (1889), *A família Medeiros* (1892), *Livro das Noivas* (1896), *A Viúva Simões* (1897), *A Falência* (1901), *Ânsia Eterna* (1903), *Livro das Donas e das Donzelas* (1906), *Histórias da Nossa Terra* (1907), *A Intrusa* (1908), *A Herança* (1909), *Eles e Elas* (1910), *Cruel Amor* (1911), *Correio da Roça* (1913), *A Silveirinha* (1914), *A Árvore* (1916), *Era uma Vez...* (1917), *Teatro* (1917), *Jornadas no Meu País* (1918), “Cenas e Paisagens do Espírito Santo” (s. d.), “Brasil” (1922), *A Isca* (1922), “Oração à Santa Doroteia” (1923), “Maternidade” (1925), “Oração à Bandeira” (1925), *A casa verde* (1932), *Pássaro Tonto* (1934). Obteve certo sucesso comercial e crítico ainda em vida (SHARPE, 2004).

16. Pouco se encontrou a respeito dessa escritora. Sabe-se que residiu em Ubá e foi esposa do Dr. Pedro de Moraes (CARULA, 2016). Foi colaboradora do *Eco das Damas* e publicou *A Emancipação da Mulher* (DUARTE, 2016).

17. Nasceu em 13 de abril 1863, em Palmeira dos Índios, e faleceu em 1917. Fundou o Ateneu Alagoano, um colégio para as meninas de Maceió. Em 1888, criou o *Almanaque Alagoano das Senhoras* (1888-1889). Teve poemas inseridos no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, de Portugal (MADEIRA, 2018).

18. Nasceu em 23 de outubro de 1865, em Porto Alegre, e faleceu, nesse mesmo local, em 9 de janeiro de 1922. Foi contista, tradutora, jornalista, abolicionista, porém, destacou-se como tradutora, produzindo: *Hermann e Doroteia* (1884), de Goethe; *Relíquias Vivas* (s. d.), de Turguêniev; *O Grilo da Lareira* (1896), de Dickens; e *Manfredo, Mazeppa e Oscar d’Alva* (s. d.), de Byron. É patrona da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (FLORES, 1999).

a possibilidade da atuação feminina na política – inclusive, na presidência –. No terceiro texto, condenou a condição da mulher na Ásia e tomou partido em sua defesa, buscando a equidade entre os gêneros. Em “IV”, ainda voltando-se à necessidade do ensino, apropriou-se de um discurso tradicional, que apontava, como finalidade da elevação da mulher, o cuidado da família e dos filhos, para subvertê-lo e garantir suas reivindicações sem surpreender os interlocutores. Isso se repetiu no escrito seguinte, em que apresentou a leitura como uma necessidade, visto que os índices de analfabetização no Brasil eram altos. Em “VI”, ao criticar a construção das personagens femininas do escritor francês Alexandre Dumas Filho, que não condiziam com a realidade vivida por pessoas reais, Josefina precede algumas questões que seriam abordadas futuramente, no século XX, pela crítica literária feminista. A literatura também é tema da composição “VII”, em que busca uma mobilização para que as mulheres se apropriem do ato da leitura. Os esforços de Josefina, nessa obra, silenciam-se em “VIII” e “IX”, fundamentados em tom radical, com posicionamentos acerca dos discursos contrários à educação feminina, que priorizavam o papel da figura materna.

Este estudo, portanto, buscou apresentar as ideias de Josefina Álvares de Azevedo, escritora e jornalista do século XIX ainda não muito conhecida no âmbito dos Estudos Literários. Mesmo que tenha sido, por um grande período, esquecida, a leitura aqui realizada sobre conteúdo de *A Mulher Moderna* pode ser útil aos estudiosos e estudiosas das histórias das mulheres e do feminismo no Brasil, tendo em vista o teor combativo de Josefina sobre a situação da desigualdade de gênero no *fin de siècle*, o qual buscou alterar, por meio de reivindicações.

Referências

AHMED, Leila. Feminism and feminist movements in the middle east, a preliminary exploration: Turkey, Egypt, Algeria, People’s Democratic Republic of Yemen. *Women’s Studies International Forum*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 153-168, jan. 1982. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/0277-5395\(82\)90024-3](http://dx.doi.org/10.1016/0277-5395(82)90024-3). Acesso em: 25 jun. 2021.

AZEVEDO, Josephina Alvares de. *Galeria illustre: mulheres celebres*. Rio de Janeiro: Typographia a Vapor, 1897. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7738>. Acesso em: 19 jun. 2021.

AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*. Brasília: Senado Federal, 2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. V. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BOLIGON, Isabel Cadore. *A autorrepresentação e a busca de emancipação da mulher nos textos de Josefina Álvares de Azevedo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201713>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 261-279, abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44348/32518>. Acesso em: 30 jun. 2021.

- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9950>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*, dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. V. 1. Porto: Afrontamento, 1990.
- FARRELL, Michèle L. Marie de Rabutin-Chantal, Marquise de Sévigné. In: SARTORI, Eva Martin; ZIMMERMAN, Dorothy Wynne (eds.). *French women writers: a bio-bibliographical sourcebook*. Westport: Greenwood Press, 1991. p. 453-462.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Dicionário de mulheres*. Florianópolis: Mulheres, 1999.
- GANGOLI, Geetanjali. *Indian feminisms: law, patriarchies and violence in India*. Aldershot: Ashgate, 2007.
- GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. *The madwoman in the attic: the woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 2000.
- HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HAHNER, June Edith. Honra e distinção de famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-64.
- LOUISE MICHEL: biographie courte, dates, citations. *Linternaute*, [online], 6 dez. 2019. Disponível em: <https://www.linternaute.fr/actualite/biographie/1776276-louise-michel-biographie-courte-dates-citations/>. Acesso em: 2 jul. 2021.
- LUCA, Leonora de. *A mensageira: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira*. 1999. 581 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Mestrado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280414>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. Magistério e literatura em periódicos alagoanos da década de 1880: as composições poéticas de Alcina Leite e Maria Lucia Romariz. In: SILVA, Edgleide de Oliveira Clemente da; SANTOS, Ivanildo Gomes dos; ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de (orgs.). *A história da educação em manuscritos, periódicos e compêndios do XIX e XX*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. p. 63-78. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114834.0005>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- MARK, Joshua J. *Sammu-Ramat and Semiramis: the inspiration and the myth*. *World History Encyclopedia*, [online], 16 set. 2014. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/article/743/sammu-ramat-and-semiramis-the-inspiration-and-the/>. Acesso em: 2 jul. 2021.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 85-93, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/5277>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, jun. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100013>. Acesso em: 25 jun. 2021.

- PIMENTA, Leticia Pereira; WAINBERG, Jacques Alkalai. Jornalismo e feminismo: o engajamento intelectual de Josephina Álvares de Azevedo nos albores do século XIX. *Cambiassu*, São Luís, v. 14, n. 24, p. 164-177, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/13148>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- POHU, Marine. *Alexandre Dumas fils: biographie de l'auteur de La dame aux camélias. Linternaute*, [online], 20 jul. 2020. Disponível em: <https://www.linternaute.fr/biographie/litterature/1775416-alexandre-dumas-fils-biographie-courte-dates-citations/>. Acesso em: 2 jul 2021.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SANTOS, Claudia. A mulher no Oriente Médio e o feminismo islâmico. *Conjuntura Global*, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 210-217, out./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v3i4.40068>. Acesso em: 6 jul. 2021.
- SHARPE, Peggy. Júlia Lopes de Almeida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. V. 2. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 188-238
- SILVA, Laila Correa e. O direito ao voto feminino no século XIX brasileiro: a atuação política de Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913). *Aedos*, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p. 114-131, dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/87365>. Acesso em: 17 jun. 2021.
- SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-237.
- SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *O florete e a máscara: Josephina Álvares de Azevedo, dramaturga do século XIX*. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras - Literatura Brasileira e Teoria Literária, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76228>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- SZMURLO, Karyna. Germaine Necker, Baronne de Stäel. In: SARTORI, Eva Martin; ZIMMERMAN, Dorothy Wynne (eds.). *French women writers: a bio-bibliographical sourcebook*. Westport: Greenwood Press, 1991. p. 464-472.
- TELLES, Norma. Autor+a. In: JOBIM, José Luis (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 45-63.
- TROMBKA, Ilana. Breve introdução à Coleção Escritoras do Brasil. In: AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*. Brasília: Senado Federal, 2018. p. 11.
- VASCONCELLOS, Eliane. Maria Zalina Rolim. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. V. 2. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 495-514.
- WINEGARTEN, Renee. Marie Jeanne Phlipon (Manon) Roland de la Platière. In: SARTORI, Eva Martin; ZIMMERMAN, Dorothy Wynne (eds.). *French women writers: a bio-bibliographical sourcebook*. Westport: Greenwood Press, 1991. p. 380-389.